

RESPOSTA AO RECURSO ENVIADO PELA EMPRESA T N NETO LTDA LTDA
EDITAL 90001/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa TN NETO LTDA, TDA, em face da decisão que habilitou a Empresa SELF BRASIL SOLUCOES LTDA no grupo 11 do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, promovido pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM.

01 - TEMPESTIVIDADE

Nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021, o recurso administrativo é tempestivo e, por força do §2º do referido artigo, possui efeito suspensivo automático até sua apreciação. Assim, recebe-se o recurso para análise e decisão.

02 – DAS RAZÕES RECURSAIS

O recurso apresentado pela empresa T N NETO LTDA insurge-se contra a habilitação da licitante SELF BRASIL SOLUCOES LTDA no Grupo 11 do presente certame, apontando supostos descumprimentos ao edital e à legislação vigente. Em apertada síntese, são suscitadas as seguintes razões:

1. Alegação de não atendimento a diligência: A T N NETO sustenta que a SELF BRASIL não atendeu a um pedido de diligência do Pregoeiro.
2. Problemas com declaração ambiental e informações falsas: A T N NETO afirma que a SELF BRASIL supostamente apresentou informações falsas à SEMMASCLIMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudança do Clima) para obter uma "Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental n.º 002/2024 – DCA/SEMMASCLIMA".
3. Alega que essa declaração foi cancelada e gerou multa.
4. Menciona que essa situação foi levada ao Tribunal de Contas da União (TCU) no

Processo n.º 028.676/2024-667.

5. A T N NETO destaca que, apesar do cancelamento e das informações contundentes do órgão emissor, a SELF BRASIL teria sido habilitada em outro processo licitatório com o uso deste documento.
6. Risco à execução contratual e problemas futuros com o TCU: A T N NETO argumenta que a inabilitação da SELF BRASIL é necessária para evitar possíveis problemas futuros com o TCU e para garantir a continuidade dos serviços ao IFAM.
7. Solicitação de diligência e inabilitação: Pede que seja realizada diligência junto à consultoria jurídica do IFAM para confirmar a obrigação de fiscalização e providências, resultando na inabilitação da SELF BRASIL para o Grupo 119. Além disso, solicita que a SELF BRASIL seja mantida inabilitada para evitar a descontinuidade do serviço contratado pelo IFAM.

03 - DAS CONTRARRAZÕES

A empresa SELF BRASIL SOLUÇÕES LTDA apresentou contrarrazões ao recurso administrativo da T N NETO LTDA, alegando os seguintes pontos principais:

1 - Vício no Procedimento (Preclusão e Unicidade Recursal)

A SELF BRASIL argumenta que o recurso da T N NETO é intempestivo e que o direito de recorrer está precluso, que o rito recursal do pregão estabelece um único momento para a manifestação e apresentação de recursos, conforme o inciso II do §1º do Art. 165 da Lei n.º 14.133/202134.

Como a T N NETO não manifestou nem apresentou suas razões recursais tempestivamente em 08 de maio de 2025 (quando a SELF BRASIL foi declarada vencedora provisória e a documentação já estava acessível), seu direito recursal foi precluso.

Reabrir a fase de lances ou conhecer o recurso da T N NETO violaria o princípio da unicidade recursal.

Quanto à alegação da empresa SELF BRASIL de que o recurso interposto pela empresa T N NETO seria intempestivo e que o direito de recorrer estaria precluso em razão da

ausência de nova oportunidade recursal após a habilitação da nova vencedora, esclarece-se que tal entendimento não encontra respaldo na legislação vigente, tampouco na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nos termos do art. 165, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é assegurado o direito de interposição de recurso contra a decisão que declarar o vencedor da licitação, devendo a manifestação de intenção de recorrer ocorrer imediatamente após a divulgação do resultado provisório da etapa de habilitação, e a apresentação das razões recursais deve obedecer ao prazo previsto no edital.

Ocorre que, no presente caso, a empresa T N NETO manifestou sua intenção de recorrer de forma tempestiva, logo após a habilitação da empresa SELF BRASIL como nova vencedora do Grupo 11, situação esta que configura fato novo e relevante, reabrindo o prazo recursal.

Havendo a modificação no resultado da licitação — por exemplo, em decorrência da inabilitação ou desclassificação de licitante anteriormente classificado —, deve-se assegurar novo prazo para manifestação de intenção de recurso por parte dos demais licitantes.

Além disso, conforme interpretação sistemática da Lei nº 14.133/2021, especialmente do art. 165, §§ 1º e 3º, o exercício do direito de recorrer está vinculado a cada decisão que cause prejuízo ao licitante, e não apenas ao resultado inicial do certame. A substituição do licitante vencedor por outro após julgamento de recurso anterior configura novo resultado provisório, e, portanto, gera novo marco recursal para os demais interessados.

A tentativa de suprimir esse direito, sob a alegação de unicidade recursal, configuraria afronta ao princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF/1988), ao devido processo legal e ao próprio equilíbrio do certame, além de ensejar possível nulidade do processo.

Assim, diante da modificação do resultado do Grupo 11 com a habilitação da empresa SELF BRASIL como nova vencedora, é juridicamente correto e necessário que os demais licitantes, como a empresa T N NETO, tenham garantido seu direito à manifestação e interposição de recurso quanto a essa nova decisão.

Portanto, não há que se falar em preclusão do direito recursal ou violação ao princípio da unicidade recursal, pois o exercício desse direito está sendo feito de forma tempestiva, em momento juridicamente adequado, diante de fato novo relevante no curso do procedimento licitatório.

02 - Ausência de Interesse Recursal e com fins protelatórios:

A SELF BRASIL sustenta que o recurso da T N NETO carece de interesse de agir, pois suas razões se baseiam em fatos e argumentos relacionados a um procedimento licitatório distinto, não produzindo qualquer efeito prático no presente Pregão Eletrônico n.º 90001/2025.

Cada certame público é um "retrato jurídico e fático específico de seu momento", não se comunicando com processos anteriores ou paralelos.

Alega que a "Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental n.º 002/2024 – DCA/SEMMASCLIMA", citada pela T N NETO, é um elemento externo e juridicamente irrelevante para a análise desta licitação.

A SELF BRASIL afirma que os fatos relacionados a essa declaração ambiental já foram sanados, o que a T N NETO omitiu.

A empresa reafirma sua regularidade ambiental e se coloca à disposição do Pregoeiro do IFAM para diligências, conforme o Art. 64 da Lei n.º 14.133/21, para confirmar a legalidade de sua documentação junto à SEMMASCLIMA.

Argumenta que a T N NETO carece de amparo legal e probatório, sendo uma "mera suposição sem eficácia" para comprometer a habilitação da SELF BRASIL.

Aduz a empresa SELF BRASIL que o recurso interposto pela empresa T N NETO carece de interesse processual, sob o argumento de que suas razões estariam apoiadas em elementos externos e juridicamente irrelevantes à presente licitação — especialmente a “Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental n.º 002/2024 – DCA/SEMMASCLIMA”, obtida em procedimento distinto.

No entanto, embora se reconheça que referida declaração ambiental não configura exigência do edital e, portanto, não integra o rol de documentos obrigatórios para fins de habilitação, é importante reforçar que o interesse recursal deve ser aferido de forma objetiva, à luz da utilidade jurídica da pretensão recursal no contexto do certame, e não exclusivamente com base nos fundamentos utilizados.

Nos termos do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021, o licitante poderá interpor recurso contra, dentre outros atos, a decisão que declarar o vencedor da licitação, sendo plenamente legítimo que os demais licitantes, especialmente os classificados em posições subsequentes, busquem a revisão da decisão que conferiu habilitação à empresa vencedora,

com vistas a eventual adjudicação do objeto licitado em seu favor.

O interesse recursal não depende da procedência ou improcedência do fundamento utilizado pelo recorrente, mas da possibilidade de que o provimento recursal possa produzir efeito prático e concreto no resultado do certame.

É oportuno lembrar que o interesse recursal está diretamente relacionado à sucumbência e à utilidade da revisão do ato impugnado, não cabendo à Administração indeferir o processamento do recurso com base em juízo antecipado de mérito sobre os argumentos invocados.

Ademais, mesmo sendo a declaração ambiental apontada pela empresa T N NETO um elemento alheio ao rol de exigências editalícias, tal fato não contamina, por si só, a admissibilidade do recurso, que é condicionado à presença de legitimidade, tempestividade e interesse, nos termos do art. 165, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 165. O licitante poderá apresentar recurso contra:

(...)

II – a decisão que declarar o vencedor da licitação.

(...)

§2º O recurso deverá ser fundamentado e demonstrar o prejuízo decorrente da decisão recorrida.

No caso concreto, a empresa T N NETO demonstra prejuízo jurídico direto, na medida em que, se provido o recurso e revista a decisão que conferiu a habilitação à SELF BRASIL, há possibilidade de convocação da licitante seguinte, beneficiando diretamente a recorrente.

Assim, mesmo reconhecendo-se que a "Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental" não seja documento exigido no certame, sua menção como argumento recursal não elimina o interesse da T N NETO em impugnar a habilitação da SELF BRASIL, tampouco torna inadmissível o recurso, pois há efetiva utilidade na eventual reforma da decisão administrativa que declarou a vencedora.

Portanto, a alegação de ausência de interesse recursal não merece acolhimento, sob pena de supressão indevida do direito ao contraditório e à ampla defesa, garantido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e também no regime jurídico das contratações públicas previsto na Lei nº 14.133/2021.

04 - DA ANÁLISE

1. **Alegação de não atendimento a diligência:** A T N NETO sustenta que a SELF BRASIL não atendeu a um pedido de diligência do Pregoeiro.

Após a interposição de recurso administrativo pela empresa **SELF BRASIL**, no qual apresentou documentação comprobatória de sua qualificação operacional, a Administração Pública, ao revisar seus próprios atos, reformou a decisão uma vez que a empresa comprovou o atendimento aos requisitos exigidos no edital, estando apta quando de sua convocação.

A atuação administrativa encontra respaldo no **princípio da autotutela**, previsto no enunciado da **Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal**, segundo a qual:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Tal princípio está igualmente fundamentado nos **arts. 53 e 54 da Lei nº 9.784/1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e garante à Administração o poder-dever de revisar seus atos para assegurar a legalidade, eficiência e justiça administrativa.

No âmbito da licitação pública, conforme estabelece o **art. 3º da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**, deve-se observar os princípios da **legalidade, isonomia, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade e interesse público**, entre outros. Ainda, o **art. 71, §1º, da mesma norma**, determina que os recursos administrativos têm efeito devolutivo e suspensivo, e são aptos a corrigir eventuais falhas no procedimento, inclusive a inabilitação de licitantes.

A doutrina também reforça essa orientação. Segundo **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**,

"a autotutela é expressão do princípio da legalidade e da supremacia do interesse público, permitindo à Administração revisar os próprios atos quando ilegais ou inconvenientes, sem que isso represente quebra do devido processo legal, desde que respeitados os direitos dos administrados".

No caso concreto, a fase recursal cumpriu exatamente a sua finalidade, qual seja, **sanar vícios e corrigir eventuais equívocos na condução do certame**, como previsto nos dispositivos legais citados. A documentação apresentada pela empresa SELF BRASIL demonstrou, com clareza, a sua plena capacidade operacional, **inclusive em nível superior ao mínimo exigido no edital**, razão pela qual se considera plenamente justificada a sua habilitação.

Nesse contexto, o **Tribunal de Contas da União (TCU)**, em diversas oportunidades, tem se posicionado no sentido de que **a fase recursal é o momento oportuno para a Administração rever atos praticados anteriormente**, inclusive com a aceitação de documentos que comprovem a qualificação técnica e a regularidade da licitante. Destaca-se o seguinte julgado:

2. **Problemas com declaração ambiental e informações falsas:** A T N NETO afirma que a SELF BRASIL supostamente apresentou informações falsas à SEMMASCLIMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudança do Clima) para obter uma "Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental n.º 002/2024 – DCA/SEMMASCLIMA".

Quanto à alegação de suposta falsidade de informações relacionadas à Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental n.º 002/2024 – DCA/SEMMASCLIMA, apresentada pela empresa SELF BRASIL, cumpre esclarecer o seguinte:

A análise da documentação de habilitação deve obedecer, estritamente, ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no **art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que impõe à Administração o dever de exigir e julgar somente com base nos requisitos previamente estabelecidos no edital e seus anexos, **vedada a inclusão de exigências não previstas no instrumento convocatório**, sob pena de violação ao princípio da legalidade e ao dever de isonomia.

Nesse sentido, destaca-se que **o edital do certame não exige declaração ou licença junto ao órgão ambiental municipal**, tampouco impõe à Comissão de Licitação ou à autoridade competente o encargo de aferir a veracidade de informações prestadas a outros entes da Administração Pública.

O julgamento da habilitação deve ater-se aos requisitos expressamente previstos no edital, não cabendo à Administração inovar ou criar obstáculos não previstos na fase de habilitação.

Ademais, nos termos da **IN nº 01/2010 do IBAMA** e de legislações ambientais locais, a emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental é de competência exclusiva do órgão ambiental, cabendo a este aferir os elementos necessários à sua emissão.

Eventuais alegações de desconformidades na obtenção de tais documentos **devem ser apuradas pelos órgãos competentes**, mediante os instrumentos próprios, como a representação formal junto ao Ministério Público ou à própria SEMMASCLIMA, **não cabendo à Comissão de Licitação ou à autoridade competente substituir-se a esses entes no juízo de legalidade do ato emitido por terceiros.**

Portanto, considerando que a documentação apresentada pela empresa SELF BRASIL **atende formalmente ao que foi exigido no edital, não se vislumbra qualquer irregularidade que justifique a inabilitação da referida empresa com base na alegação da recorrente.**

Ressalte-se, por fim, que **o princípio da ampla competitividade** e o dever de julgamento objetivo (art. 5º, incisos IV e VI da Lei nº 14.133/2021) também recomendam a **observância rigorosa aos termos do edital**, sob pena de restringir indevidamente a participação de licitantes e comprometer a eficiência do certame.

3. Menciona que essa situação foi levada ao **Tribunal de Contas da União (TCU)** no Processo n.º 028.676/2024-667.

Quanto à alegação de que a questão foi levada à apreciação do Tribunal de Contas da União (Processo n.º 028.676/2024-667), cumpre esclarecer que a mera existência de processo de apuração, ainda pendente de julgamento definitivo, não possui o condão de, por si só, ensejar qualquer medida punitiva ou restritiva à participação da empresa SELF BRASIL no presente certame.

A Constituição Federal, em seu **art. 5º, inciso LVII**, consagra o princípio da **presunção de inocência**, segundo o qual "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Embora tal princípio seja oriundo do Direito Penal, sua aplicação tem sido estendida pela doutrina e pela jurisprudência aos demais ramos do Direito, **inclusive ao Direito Administrativo Sancionador**, especialmente quando se trata de **atos administrativos com efeitos punitivos**, como a desclassificação, inabilitação ou sanção de licitante com base em indícios ainda não confirmados.

Conforme jurisprudência consolidada do **Tribunal de Contas da União**, a Administração Pública **não deve aplicar penalidades nem adotar medidas restritivas à participação de empresas com base apenas na existência de investigações ou processos administrativos em**

curso, sob pena de ferir os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Ainda que haja processo em curso perante o TCU, **caberá exclusivamente àquele órgão de controle externo proferir o julgamento quanto à legalidade ou não da conduta da empresa**. Qualquer antecipação de juízo por parte da Administração Pública licitante, com base em procedimento pendente de apreciação definitiva, **configuraria violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988), à segurança jurídica e ao devido processo legal**.

Dessa forma, entende-se que qualquer sanção, exclusão ou medida restritiva à empresa SELF BRASIL, com base exclusivamente na existência de processo em trâmite no TCU, careceria de amparo legal e afrontaria os princípios constitucionais e administrativos que regem os atos da Administração Pública.

Portanto, **até que haja decisão definitiva e formal do Tribunal de Contas da União**, reconhecendo eventual ilicitude e adotando as medidas cabíveis, **não é juridicamente possível antecipar juízo de mérito que implique em punição administrativa à empresa**. A adoção de qualquer medida nesse sentido, neste momento, **configuraria violação à presunção de inocência e ao devido processo legal**, fundamentos indispensáveis à legalidade e legitimidade dos atos administrativos.

4. A T N NETO destaca que, apesar do cancelamento e das informações contundentes do órgão emissor, a SELF BRASIL teria sido habilitada em outro processo licitatório com o uso deste documento.

Quanto à alegação da empresa T N NETO, no sentido de que a empresa SELF BRASIL teria sido habilitada em outro processo licitatório com base em documento ambiental supostamente cancelado e cujas informações teriam sido questionadas pelo órgão emissor, cumpre esclarecer que essa situação, por si só, não implica automática irregularidade no presente certame, tampouco justifica a inabilitação da referida licitante.

Ainda que tenha havido manifestação posterior do órgão ambiental indicando o possível cancelamento do documento anteriormente expedido, tal circunstância, por si só, não constitui fundamento jurídico suficiente para a inabilitação da empresa, especialmente considerando que tal documento não foi exigido como requisito obrigatório no edital do certame. A utilização do referido documento em outro certame é matéria que deverá ser analisada pela comissão responsável por aquele procedimento específico, **respeitando-se a autonomia administrativa, a independência das comissões e os princípios do contraditório e ampla defesa**.

Em conclusão, **a habilitação da empresa SELF BRASIL no presente certame se baseou em documentação apresentada nos termos do edital e válida à época do julgamento**, não havendo decisão administrativa ou judicial definitiva que a invalide. A eventual apuração de uso indevido de documentos em outros processos deve ser tratada **nos respectivos certames**, não sendo apta a produzir efeitos automáticos ou retroativos neste procedimento, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, do contraditório, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e da isonomia entre os licitantes.

5. **Risco à execução contratual e problemas futuros com o TCU:** A T N NETO argumenta que a inabilitação da SELF BRASIL é necessária para **evitar possíveis problemas futuros com o TCU** e para **garantir a continuidade dos serviços** ao IFAM.

Quanto à alegação de que a inabilitação da empresa SELF BRASIL seria medida preventiva necessária para resguardar a execução contratual e evitar eventuais responsabilizações futuras por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), cumpre esclarecer que tal entendimento não encontra respaldo jurídico, tampouco se coaduna com os princípios que regem a atuação administrativa no âmbito das contratações públicas.

A Administração Pública deve pautar seus atos com base em critérios **objetivos e previamente estabelecidos no instrumento convocatório**, conforme dispõe o **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, sendo vedada a adoção de medidas restritivas à participação de licitantes com base em **presunções subjetivas ou juízos de valor desprovidos de respaldo fático e legal**.

Não é legítima a inabilitação de licitante com base em riscos abstratos ou em temores de descumprimento futuro do contrato, sobretudo quando a empresa atende de forma objetiva aos critérios de habilitação estabelecidos no edital.

Além disso, a **eventual responsabilização de gestores públicos perante o TCU não decorre da escolha de licitantes regularmente habilitados conforme os critérios do edital**, mas sim de **atos praticados em desconformidade com a legislação ou com os princípios constitucionais da administração pública**.

A aplicação de medida restritiva sem respaldo em decisão administrativa ou judicial definitiva, ou sem fundamento nos requisitos previstos no instrumento convocatório, **configura violação ao princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal)**, bem como ao princípio da **presunção de legitimidade dos atos administrativos**, que exige que qualquer sanção ou restrição à esfera jurídica do administrado seja precedida de comprovação inequívoca da irregularidade.

Por fim, cabe destacar que a documentação apresentada pela empresa SELF BRASIL foi analisada à luz dos critérios estabelecidos no edital, e **comprovou de forma objetiva o atendimento aos requisitos de habilitação técnica e operacional**. Não há, portanto, qualquer elemento concreto que indique risco imediato à execução contratual, tampouco qualquer decisão por parte de autoridade competente que desqualifique a empresa para fins de contratação pública.

Ante o exposto, **antecipar um juízo condenatório ou adotar medida punitiva preventiva à margem do devido processo legal e sem fundamento nos requisitos editalícios configuraria violação à legalidade, à isonomia e ao julgamento objetivo**, podendo, inclusive, **acarretar responsabilização dos gestores por restrição indevida à competitividade e violação ao interesse público**.

6. **Solicitação de diligência e inabilitação**: Pede que seja realizada diligência junto à consultoria jurídica do IFAM para confirmar a obrigação de fiscalização e providências, resultando na inabilitação da SELF BRASIL para o Grupo 11. Além disso, solicita que a SELF BRASIL seja mantida inabilitada para evitar a descontinuidade do serviço contratado pelo IFAM.

Em relação ao pedido de realização de diligência junto à Consultoria Jurídica do IFAM com o objetivo de confirmar a suposta obrigação de fiscalização ambiental e, por consequência, inabilitar a empresa SELF BRASIL para o Grupo 11, cumpre esclarecer que tal solicitação não se coaduna com os limites legais que regem a atuação da Administração Pública no âmbito das licitações.

Inicialmente, ressalta-se que **as certidões de penalidade ambiental exigidas foram exatamente aquelas previstas no instrumento convocatório**, em estrita observância ao **princípio da vinculação ao edital**, previsto no **art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**. Tal princípio impõe à Administração o dever de exigir e julgar apenas com base nos requisitos expressamente estabelecidos no edital, **vedando a inclusão de novas exigências, condicionantes ou diligências que extrapolem o conteúdo originalmente previsto**.

A Comissão de Licitação não pode inovar em relação às exigências editalícias durante a fase de habilitação, tampouco ampliar o escopo da análise com base em elementos subjetivos ou fora do previsto no edital.

Ademais, cumpre reforçar que, nos termos do **art. 63 da Lei nº 14.133/2021**, a diligência é instrumento facultado à Administração para **esclarecimento ou complementação de informações já apresentadas, não se prestando à criação de novos critérios de julgamento, nem à investigação paralela de eventuais irregularidades atribuídas ao licitante junto a terceiros.**

Ainda que haja processos ou apurações em andamento **a existência de procedimento administrativo ou judicial pendente de decisão definitiva não pode ser utilizada como fundamento para inabilitação de licitante**, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e presunção de inocência.

No tocante ao argumento de descontinuidade da prestação dos serviços, este também **não pode ser utilizado como fundamento para manter a empresa inabilitada**, especialmente **se os documentos apresentados por ela atenderam aos critérios estabelecidos no edital**. A lógica do procedimento licitatório impõe o dever de seleção da proposta mais vantajosa com base **exclusivamente em critérios objetivos**, e não em suposições ou consequências futuras não comprovadas.

Conclusivamente, não há fundamento jurídico que sustente a realização da diligência solicitada, tampouco a inabilitação da empresa SELF BRASIL com base em apurações pendentes ou alegações genéricas de risco à continuidade contratual. A manutenção da legalidade, da segurança jurídica e da competitividade do certame exige o estrito respeito aos limites do edital e à legislação vigente.

05 - DA CONCLUSÃO

Dessa forma, decide-se:

1. Conhecer do recurso, por sua tempestividade;
2. Negar-lhe provimento, mantendo a decisão de habilitação da empresa SELF DO BRASIL SOLUCOES LTDA, uma vez que não houve descumprimento ao edital.
3. Determinar a continuidade regular do certame, com encaminhamento para adjudicação e homologação.

Manaus, 04 de julho de 2025.